

DECRETO Nº 6.152 DE 02 DE JANEIRO DE 1997

(Publicado no Diário Oficial de 03/01/1997)

Alterado pelo Decreto nº 8.484/03.

A Portaria nº 45/98, com efeitos a partir 17/01/98, esclarece o alcance das disposições dos arts. 16 e 19 deste Regulamento.

Ver Portaria Conjunta SEFAZ/SCT nº 01/99, que dispõe sobre a devolução do saldo remanescente em conta correntes após a execução de projeto cultural.

O Decreto nº 7.676, publicado no DOE de 17/09/99, com efeitos de 17/09/99 a 04/08/00, deu nova redação ao Regulamento Fazcultura.

O Decreto nº 7.833, de 04/08/00, publicado no DOE de 05 e 06/08/00, e, republicado no DOE de 10/08/00, com efeitos de 05/08/00 a 16/10/02, deu nova redação ao Regulamento do Fazcultura.

O Decreto nº 8.347, de 16/10/02, publicado no DOE de 17/10/02, com efeitos a partir de 17/10/02, deu nova redação ao Regulamento do Fazcultura.

Institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.015, de 9 de dezembro de 1996, que trata da concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - FAZCULTURA, vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário da Cultura e Turismo - SCT, que tem por finalidade:

I - Promover o incentivo à pesquisa, ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais, nas seguintes áreas:

- a)** artes cênicas, plásticas e gráficas;
- b)** cinema e vídeo;
- c)** fotografia;
- d)** literatura;
- e)** música;
- f)** artesanato, folclore e tradições populares;
- g)** museus;
- h)** bibliotecas e arquivos.

II - Viabilizar a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural.

III - Desenvolver campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais.

IV - Instituir prêmios em diversas categorias.

Art. 2º O FAZCULTURA terá a seguinte estrutura:

I - uma Comissão Gerenciadora, constituída dos seguintes membros:

Nota: A redação atual do inciso I do art. 2º foi dada pelo Decreto nº 8.484, de 07/04/03, DOE de 08/04/03, efeitos a partir de 08/04/03.

Redação original, efeitos até 07/04/03:

"I - uma Comissão Gerenciadora, constituída dos seguintes membros:

- a) 3 (três) representantes da Secretaria de Cultura e Turismo - SCT, sendo um deles, o Secretário da Pasta, que a presidirá;*
- b) 1 (um) representante da Fundação Cultural do Estado da Bahia;*
- c) 1 (um) representante da Secretaria da Fazenda;*
- d) 4 (quatro) representantes da comunidade artística e cultural."*

a) quatro representantes da Secretaria da Cultura e Turismo - SCT, sendo um deles o Secretário da Pasta, que a presidirá;

b) um representante da Fundação Cultural do Estado da Bahia;

c) um representante da Secretaria da Fazenda;

d) oito representantes da comunidade artística e cultural.

II - uma Secretaria Executiva, que será exercida pelo titular da Coordenação de Cultura-CODECULT, da Secretaria da Cultura e Turismo.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Gerenciadora serão nomeados por ato do Governador do Estado.

Art. 3º Revogado

Nota: O art. 3º foi revogado pelo Decreto nº 7.676, de 16/09/99, DOE de 17/09/99, efeitos a partir de 17/09/99

Redação original, efeitos até 16/09/99:

"Art. 3º. Fica aprovado o Regulamento do FAZCULTURA, que com este se publica."

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 2 de janeiro de 1997.

PAULO SOUTO

Governador

Rodolpho Tourinho Neto

Secretário da Fazenda

Paulo Gaudenzi

Secretário da Cultura e Turismo

Nota: A redação atual do Regulamento do Fazcultura foi dada pelo Decreto nº 7.676, de 16/09/99, DOE de 17/09/99 efeitos a partir de 17/09/99.

Redação original, efeitos até 16/09/99:

**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA DO ESTADO
DA BAHIA
(FAZCULTURA)**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O incentivo fiscal concedido através da Lei nº 7.015, de 9 de dezembro de 1996, obedecerá aos preceitos desta, bem como aos do presente Regulamento.

Art. 2º Para efeito deste Regulamento considera-se:

I - Produtor: pessoa física ou jurídica, domiciliada no país, diretamente responsável pelo projeto cultural a ser beneficiado pelo incentivo;

II - Patrocinador: estabelecimento inscrito no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado da Bahia (CAD-ICMS), que venha a patrocinar projetos culturais aprovados pela SCT;

III - Patrocínio: transferência, em caráter definitivo e livre de ônus, feito pelo Patrocinador ao Produtor, de recursos financeiros e/ou materiais e serviços, desde que tributados pelo ICMS, para a realização do projeto cultural, com ou sem finalidades promocionais e publicitárias.

IV - Proposta de Incentivo (*Anexo 1*): jogo de formulários destinado a preenchimento pelo Produtor que constará da sua qualificação, indicação do projeto a ser incentivado, sua abrangência, orçamento, cronograma físico-financeiro;

V - Certificado de Enquadramento (*Anexo 2*): documento emitido pela Executiva do FAZCULTURA para efeito de credenciar o Produtor a captar recursos junto ao patrocinador, especificando os dados relativos ao projeto cultural, o montante máximo

permitido a utilização do incentivo e a participação mínima do patrocinador com recursos próprios;

VI - Ficha Cadastral (*Anexo 3*): formulário a ser preenchido pelo Produtor e entregue à Executiva, após aprovação do projeto, com vistas à indicação de Patrocinador e necessário à habilitação deste perante a SEFAZ;

VII - Termo de Compromisso (*Anexo 4*): formulário a ser preenchido e assinado pelo Produtor e Patrocinador, através do qual o primeiro se compromete a realizar o projeto incentivado na forma e condições propostas, e o segundo a destinar recursos transferidos necessários à realização do projeto nos valores e prazos estabelecidos, através de depósito em conta corrente específica, em nome do Produtor e circunscrita a cada projeto, em qualquer agência do Banco do Estado da Bahia S.A - BANEB, ou outro banco a ser indicado pela SEFAZ;

VIII - Título de Incentivo (*Anexo 5*): título nominal, intransferível, emitido pela SCT, através da Executiva do FAZCULTURA, que especificará as importâncias que o patrocinador poderá utilizar para abater do valor a recolher do ICMS;

IX - Recursos Transferidos: parcela total dos recursos doados ao Produtor;

X - Recursos Próprios: parcela dos recursos doados ao Produtor pelo Patrocinador;

XI - Abatimento: valor referente a, no máximo, 5% (cinco por cento) do imposto devido em cada período que será descontado do total a recolher num período único ou em períodos sucessivos até atingir o limite máximo de 80% (oitenta por cento) do valor do projeto;

XII - FAZCULTURA: Programa de Incentivo à Cultura do Estado da Bahia, com a finalidade de promover o incentivo à pesquisa, ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais; aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural; campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais e instituir prêmios em diversas categorias.

XIII - Comissão: Comissão Gerenciadora das atividades do FAZCULTURA, composta por 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes e presidida pelo Secretário da Cultura e Turismo;

XIV - Executiva: Secretaria Executiva da Comissão Gerenciadora do FAZCULTURA, exercida pelo titular da Coordenação de Cultura da SCT;

XV - SCT - Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia;

XXVI - SEFAZ - Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia;

XVII - FUNCEB: Fundação Cultural do Estado da Bahia, órgão da

administração indireta da Secretaria da Cultura e Turismo;

XVIII - IPAC: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, órgão da administração indireta da Secretaria da Cultura e Turismo.

XIX - Artes Cênicas: linguagens artísticas relacionadas com os segmentos de teatro, dança, circo, ópera, música e congêneres;

XX - Artes Plásticas: linguagens artísticas compreendendo desenho; escultura; colagem; pintura; gravura, em suas diferentes técnicas de arte em série como litogravura, serigrafia, xilogravura em metal, etc., entre outras envolvendo linhas, formas, cores, volumes, etc., no processo de ideação do artista;

XXI - Artes Gráficas: linguagens artísticas relacionadas com a criação e/ou reprodução mediante o uso de meios cibernéticos, mecânicos ou artesanais de realização, ou seja, com a utilização de computação, *off-set*, tipografia, entre outros mecanismos;

XXII - Cinema e Vídeo: linguagens artísticas relacionadas, respectivamente, com a produção de filmes cinematográficos ou videográficos (composição e realização), ou seja, registro de imagens e sons em películas especiais através de câmaras obedecendo a um roteiro ou *script* determinado;

XXIII - Fotografia: linguagem baseada em processo de captação e fixação de imagens através de câmaras (máquinas de fotografar) e películas (filmes) previamente sensibilizadas, além de outros acessórios de produção;

XXIV - Literatura: área de produção de conhecimento utilizando a arte de escrever em prosa ou verso nos gêneros ficção, poesia, romance, entre outros;

XXV - Música: linguagem artística que expressa harmonia e combinação de sons produzindo efeitos melódicos e rítmicos em diferentes modalidades e tons e gêneros;

XXVI - Artesanato: arte de confeccionar peças e objetos manufaturados, não-seriados e em pequena escala, utilizando materiais e instrumentos simples, sem o auxílio de máquinas sofisticadas de produção;

XXVII - Folclore e Tradições Populares: conjunto de manifestações típicas, materiais e simbólicas, transmitidas de geração a geração, traduzindo conhecimentos, usos, costumes, crenças, ritos, mitos, lendas, adivinhações, provérbios, cantorias e folguedos, festividades, alegorias, entre outras;

XXVIII - Museu: instituição de memória, preservação e divulgação de bens representativos da história, das artes, da cultura, das ciências e/ou da ecologia, cuidando também do seu estudo, conservação e valorização;

XIX - Biblioteca: instituição de promoção de leitura e difusão do conhecimento, congregando um acervo de livros e periódicos (jornais, revistas, boletins informativos, etc.) e congêneres, organizados e destinados ao estudo, à pesquisa e à

consulta, nas categorias básicas de bibliotecas escolar, universitária, especializada e pública;

XXX - Arquivo: instituição de preservação da memória documental - de natureza histórica, administrativa, cartorial ou eclesiástica - destinada ao estudo à pesquisa e à consulta.

CAPÍTULO II DOS PROJETOS CULTURAIS

SEÇÃO I DAS CONDIÇÕES PARA USUFRUIR DO INCENTIVO

Art. 3º Somente poderão ser objeto de incentivo financeiro, através do benefício fiscal previsto na Lei nº 7.015/96, os projetos culturais aprovados pela SCT e que visem alcançar:

I - a promoção do incentivo ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artísticas culturais nas seguintes áreas:

- a)** Artes cênicas, plásticas e gráficas;
- b)** cinema e vídeo;
- c)** fotografia;
- d)** literatura;
- e)** música;
- f)** artesanato, folclore e tradições populares;
- g)** museus;
- h)** bibliotecas e arquivos.

II - a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural;

III - a promoção de campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais.

IV - a instituição de prêmios em diversas categorias, nas áreas das linguagens artísticas e sócio culturais.

§ 1º As atividades artísticas e culturais de que trata este artigo obedecerá ao conceito firmado nos incisos XIX a XXX do art. 2º deste Decreto.

§ 2º O projeto cultural incentivado deverá utilizar, total ou parcialmente,

recursos humanos, materiais, técnicos e naturais disponíveis no Estado da Bahia.

§ 3º O lançamento do evento decorrente do projeto incentivado deverá ser, obrigatoriamente, no território deste Estado.

§ 4º O Produtor se obriga a fornecer ao FAZCULTURA todo o material publicitário e promocional que passará a fazer parte da memória deste.

§ 5º Será obrigatória a veiculação e inserção do nome e símbolos oficiais do Governo Estado da Bahia em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado, além do crédito do seguinte texto: **“ESTE PROJETO É APOIADO PELO PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA DO ESTADO DA BAHIA - FAZCULTURA - Lei nº 7.015/96”**.

§ 6º A inserção de dados relativos ao Patrocinador não poderá ultrapassar o tamanho da inserção de que trata o parágrafo antecedente.

§ 7º Ocorrendo a hipótese em que o Produtor esteja em desenvolvimento de um Projeto e pleitear a aprovação de um ou mais projetos subsequentes deverá efetuar prestação de contas parcial do Projeto em andamento, na forma da Subseção III da Seção V deste regulamento.

SEÇÃO II DO PROCESSO E SUA TRAMITAÇÃO

SUBSEÇÃO I DA ENTREGA DA PROPOSTA

Art. 4º O Produtor deverá preencher a Proposta de Incentivo em duas vias e protocolizar na Executiva, que passará a ser um Processo, juntando à mesma os documentos adiante indicados:

I - se pessoa jurídica:

a) cópia do cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;

b) cópia do instrumento constitutivo da empresa ou última alteração contratual, ou ata de assembléia geral que elegeu a atual diretoria, se Sociedade Anônima, devidamente registradas no Registro do Comércio;

c) cópia do documento de identificação e do Cartão de Inscrição do Contribuinte no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda do responsável pelo Projeto;

II - se pessoa física: cópia do documento de identificação e do Cartão de Inscrição do Contribuinte no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

§ 1º O Produtor poderá ser representado por procurador devidamente

constituído, contanto que o seja mediante instrumento público.

§ 2º Havendo representação por procurador, deverá ser anexado ao Processo fotocópia do documento de identificação e do Cartão de Inscrição do Contribuinte no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda do mandatário, além da exigida para o Produtor.

SUBSEÇÃO II DA TRAMITAÇÃO NA EXECUTIVA

Art. 5º A Executiva receberá o Processo e adotará as seguintes providências:

I - no momento da protocolização por parte do Produtor:

a) analisa o aspecto formal de preenchimento da Proposta de Incentivo, legitimidade da parte e legalidade e autenticidade de documentos acostados;

b) encaminha o Processo à FUNCEB ou ao IPAC, conforme o caso, para os fins previstos nos artigos 11 e 12, respectivamente;

II - no recebimento do Processo vindo da FUNCEB ou do IPAC:

a) se apontada a necessidade de diligência:

1. oficiar o Produtor;

2. receber do Produtor as complementações e reparos apontados;

3. devolver o Processo à FUNCEB ou IPAC;

b) se o parecer técnico concluir pela não aprovação do Projeto:

1. levar o Processo à Comissão para decidir e emitir resolução;

2. comunicar ao Produtor a decisão sobre o Projeto, encaminhando cópia da resolução respectiva.

3. encaminhar resumo da resolução para publicação no Diário Oficial.

c) se o parecer técnico concluir pela aprovação do Projeto, levá-lo à Comissão, com a finalidade da decisão final e emissão de resolução;

III - após emissão da resolução pela Comissão:

a) se pelo acolhimento do Projeto:

1. comunicar ao Produtor a decisão, encaminhando cópia da resolução respectiva;

2. encaminhar resumo da resolução para publicação no Diário Oficial;
 3. emitir o Certificado de Enquadramento para assinatura do Presidente da Comissão;
 4. entregar o Certificado de Enquadramento, sob protocolo, ao Produtor ou a quem este autorize formalmente;
- b) se pelo não acolhimento do Projeto proceder na forma dos itens 1 e 2 da alínea anterior.

IV - após recebimento da Ficha Cadastral deverá encaminhar o Processo ao representante da SEFAZ na Comissão para o fim previsto no art. 14;

V - após recebimento do Processo do representante da SEFAZ na Comissão:

a) se apontado qualquer impedimento da participação do Patrocinador no programa de incentivo, comunicar ao Produtor para que este providencie a sua substituição, se desejar;

b) se apontada regularidade fiscal do Patrocinador, comunicar ao Produtor para que este providencie o preenchimento do Termo de Compromisso e o entregue na Executiva, devidamente assinado;

VI - após recebimento do Termo de Compromisso:

a) aferir os dados constantes do documento apresentado;

b) verificar se existe fotocópia do comprovante de depósito efetuado pelo Patrocinador em conta corrente, no BANEBA ou em outro banco indicado pela SEFAZ, em nome do Produtor e circunscrita ao projeto;

c) emitir o Título de Incentivo para assinatura do Presidente da Comissão se confirmado o previsto na alínea anterior;

d) entregar, sob protocolo, o Título de Incentivo ao Patrocinador ou a quem este autorize formalmente.

§ 1º Serão emitidos tantos Títulos de Incentivo quantos forem os Patrocinadores e/ou quantas forem as parcelas de repasse de Recursos Transferidos.

§ 2º A tramitação do Projeto, entre a sua entrega na Executiva até a emissão do Certificado de Enquadramento correspondente, não poderá exceder a 30 (trinta) dias úteis.

Art. 6º Da decisão de não acolhimento do Projeto, na Comissão, caberá recurso voluntário do Produtor, dirigido diretamente ao Secretário da Cultura e Turismo.

Art. 7º O Certificado de Enquadramento, emitido nos termos da alínea “c”,

inciso VI, do artigo 5º, terá validade de 1 (um) ano, prorrogável por apenas uma vez e por igual período, mediante requerimento do Produtor, diretamente à Comissão.

CAPÍTULO III DO PRODUTOR E DO PATROCINADOR

SEÇÃO I DO PRODUTOR

Art. 8º O Produtor, de posse do Certificado de Enquadramento, adotará o seguinte procedimento:

I - providenciará a abertura de conta corrente específica, no BANEBA, ou em outro banco indicado pela SEFAZ, circunscrita a cada Projeto aprovado pelo FAZCULTURA;

II - preencherá o Termo de Compromisso, assinado-o juntamente com o Patrocinador e entrega-lo-à na Executiva, para os fins requeridos no inciso VI, do artigo 5º.

SEÇÃO II DO PATROCINADOR

Art. 9º O Patrocinador, de posse do Título de Incentivo, procederá na forma do art. 18.

CAPÍTULO IV DO FAZCULTURA E ÓRGÃOS AUXILIARES

SEÇÃO I DO FAZCULTURA

Art. 10. O FAZCULTURA contará, para os efeitos deste regulamento, com auxílio dos seguintes órgãos do Serviço Público Estadual:

I - a FUNCEB;

II - o IPAC;

III - a Coordenação de Cultura da SCT

IV - a SEFAZ, através do seu representante na Comissão;

SEÇÃO II DA FUNCEB

Art. 11. A FUNCEB prestará auxílio ao FAZCULTURA na análise de Processos relativos a projetos culturais, excetuados aqueles competidos ao IPAC, e obedecerá, na tramitação desses, ao seguinte:

I - encaminha à área de abrangência a que o projeto cultural esteja vinculado;

II - recebe, da área de abrangência, o parecer técnico de viabilidade do projeto cultural e do atendimento aos objetivos previstos na Lei nº 7.015/96;

III - devolve-o à Executiva, para os fins requeridos no art. 5º.

§ 1º Havendo pendências no Processo, relativa a conceituação, viabilidade e/ou objetivos do projeto, a FUNCEB deverá apontar os pontos passíveis de saneamento e solicitar seja diligenciado o Produtor, antes da emissão de parecer técnico.

SEÇÃO III DO IPAC

Art. 12. O IPAC auxiliará o FAZCULTURA na análise de projetos culturais que envolvam restauração e construção de bens móveis e imóveis, e, na sua tramitação, deverá proceder de forma idêntica ao competido à FUNCEB neste regulamento.

SEÇÃO IV DA COORDENAÇÃO DE CULTURA DA SCT

Art. 13. A Coordenação de Cultura da SCT auxiliará o FAZCULTURA no exercício da Secretaria Executiva da Comissão, conforme dispuser o seu regimento interno.

SEÇÃO V DO REPRESENTANTE DA SEFAZ NA COMISSÃO

Art. 14. Ao representante da SEFAZ na Comissão caberá auxiliar o FAZCULTURA na análise do incentivo decorrente de Processo relativo a projetos culturais, competindo-lhe, na sua tramitação, verificar a situação fiscal do Patrocinador adotando o seguinte critério:

I - se em situação irregular:

a) emitirá parecer formal indicando a existência de impedimento da participação do Patrocinador;

b) levará o Processo à decisão do Secretário da Fazenda;

c) devolverá o Processo à Executiva para os fins requeridos na alínea “a”, inciso V, art. 5º;

II - se em situação regular:

a) verificará a existência de saldo de recursos necessários à utilização como incentivo fiscal, respeitado o limite anual fixado em Decreto pelo Governador do Estado;

b) abaterá do saldo existente o valor incentivo destinado ao Projeto a ser

aprovado pela Comissão;

c) emitirá parecer formal indicando a existência de saldo capaz de suportar a utilização do benefício e a regularidade do Patrocinador;

d) levará o Processo ao Secretário da Fazenda para decisão sobre a habilitação do Produtor, prevista no art. 19;

e) devolverá o Processo à Executiva para os fins previstos na alínea “b”, inciso V, art. 5º.

Parágrafo único. Do despacho do Secretário da Fazenda, negando a habilitação do Patrocinador, caberá recurso voluntário, na forma prevista no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF, aprovado pelo Decreto nº 28.596/81.

CAPÍTULO V DO INCENTIVO FISCAL

SEÇÃO I DA HABILITAÇÃO

Art. 15. A habilitação para efetuar o abatimento previsto na Seção anterior se efetivará mediante despacho, no Processo, do Secretário da Fazenda, observado o trâmite do art. 13.

SEÇÃO II DO ABATIMENTO

Art. 16. O Patrocinador que apoiar financeiramente projetos culturais aprovados pela SCT, poderá abater do valor do imposto a recolher até o equivalente a 5% (cinco por cento) deste, observadas as normas dos dispositivos seguintes.

§ 1º O abatimento de que trata o *caput* deste artigo limitar-se-á a 80% (oitenta por cento) do valor dos recursos transferidos.

§ 2º Para fazer jus ao abatimento o patrocinador deverá participar com recursos próprios, no equivalente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor dos recursos transferidos.

§ 3º A participação do patrocinador com recursos próprios poderá ocorrer através de numerário, cheque, ou o equivalente em mercadorias e serviços, desde que tributados pelo ICMS e emitidos os documentos fiscais competentes para a entrega ao Produtor.

Art. 17. Ocorrendo a hipótese da transferência dos recursos em mais de uma parcela, o patrocinador só poderá efetuar o abatimento na mesma proporcionalidade do repasse, sem prejuízo das exigências do artigo antecedente.

Art. 18. O abatimento somente poderá ser utilizado a partir do mês imediatamente subsequente ao que tenha ocorrido o pagamento ao Produtor.

SEÇÃO III DA ESCRITURAÇÃO DO ABATIMENTO

Art. 19. De posse do Título de Incentivo o Patrocinador deverá:

I - escriturar no livro Registro de Apuração do ICMS -RAICMS, na coluna relativa ao imposto devido o valor do abatimento utilizado no período de apuração do imposto fazendo consignar o seguinte: “**Incentivo Cultural Lei 7.015/96 - Título de Incentivo nº _____**”.

II - preencher o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) contendo o valor líquido do ICMS a recolher, fazendo menção, no campo “observações” à inscrição prevista no inciso anterior.

SEÇÃO IV DAS VEDAÇÕES

SUBSEÇÃO I NA HABILITAÇÃO DO PATROCINADOR

Art. 20. É vedado o deferimento da habilitação quando o patrocinador se encontrar em situação irregular perante o fisco estadual.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo considera-se em situação irregular o patrocinador quando:

I - constar indicação, no CAD/ICMS, da existência de sócio irregular, na forma do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. 5.444/96;

II - existir, em seu nome ou em nome de empresas coligadas ou controladas, registro de débito inscrito na Dívida Ativa do Estado, ajuizado ou não;

III - constar a existência de parcelamento de débitos com interrupção de pagamento quer da sua responsabilidade, quer da responsabilidade de empresas controladas ou coligadas;

IV - ter cometido ilícitos fiscais capitulados nos incisos V e XIII da Lei nº 7.014, de 4 de dezembro de 1996, ou tenha atentado contra a ordem econômica e tributária.

SUBSEÇÃO II NA UTILIZAÇÃO DO INCENTIVO

Art. 21. A utilização do incentivo de que trata este Regulamento é vedada a patrocinador de projetos que tenham como produtor ele próprio, empresas por ele controlada ou a ele coligadas.

Parágrafo único. É igualmente vedada a utilização do incentivo quando o Produtor for titular ou sócio do patrocinador, suas coligadas ou controladas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I DA COMISSÃO GERENCIADORA DO FAZCULTURA

Art. 22. A Comissão Gerenciadora do FAZCULTURA reger-se-á por regimento próprio, elaborado por seus integrantes, aprovado por maioria simples no plenário de composição, e referendado por ato específico do Secretário da Cultura e Turismo.

Art. 23. Os membros da Comissão serão nomeados no prazo de até 60 (sessenta) dias após a publicação deste regulamento e não farão jus a qualquer remuneração pela sua participação em suas reuniões.

SUBSEÇÃO II DOS RECURSOS DO FAZCULTURA

Art. 24. O valor dos recursos disponíveis à utilização como incentivo fiscal, instituído pela Lei nº 7.015, de 9 de dezembro de 1996, será de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o exercício financeiro de 1997.

SUBSEÇÃO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 25. Ao término do projeto cultural, dentro no prazo de 30 (trinta) dias, o Produtor apresentará à Comissão do FAZCULTURA, em duas vias, prestação de contas dos recursos recebidos e despendidos, englobando o total dos recursos transferidos.

Art. 26. A prestação de contas será feita através de balancete contábil, comprovação por faturas, notas fiscais ou recibos de cada pagamento efetuado, extrato bancário demonstrando as movimentações financeiras, e demonstrativos das despesas e receitas indicando a natureza e origem destas.

Art. 27. A prestação de contas de que trata o § 7º do art. 3º limitar-se-á aos recebimentos e pagamento ocorridos até o dia anterior ao da protocolização do novo pedido na Executiva.

Art. 28. O não atendimento às disposições dos artigos anteriores e o embaraço às ações autorizadas pelo art. 29, e a ausência de justificativa devidamente aceita pela Comissão, impedirá o Produtor de ter projetos aprovados pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Entende-se como embaraço, para os fins deste artigo o deliberado impedimento de acesso a documentos, papéis de trabalho e outros elementos

utilizados na execução do projeto, ou a recusa, por mais de duas vezes, da apresentação do requerido formalmente por quem autorizado pela SCT.

Art. 29. A Secretaria da Cultura e Turismo poderá determinar avaliações, vistorias, perícias, análises e demais levantamentos que sejam necessários à perfeita observância deste Regulamento, em qualquer fase de realização do Projeto, comunicando à SEFAZ qualquer irregularidade que envolva contribuintes do ICMS.

SUBSEÇÃO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Os Secretários da Cultura e Turismo e da Fazenda ficam autorizados, no âmbito das suas respectivas pastas, a baixar normas complementares, necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste regulamento

Parágrafo único. O Secretário da Cultura e Turismo fica autorizado a expedir normas necessárias a alterações nos anexos deste decreto.

Art. 31. O Patrocinador que se aproveitar indevidamente dos benefícios da Lei nº 7.015, de 9 de dezembro de 1996, mediante fraude ou dolo, estará sujeito a multa correspondente a duas vezes o valor do abatimento que tenha efetuado, independente de outras penalidades previstas nas Leis Civil, Penal e Tributária.

§ 1º A aplicação da multa de que trata o *caput* deste artigo não invalida a aplicação de outras penalidades previstas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Dec. 5.444/96.

§ 2º Para aplicação da sanção da multa de que trata este artigo será utilizado o Auto de Infração aplicável às demais infrações relativas ao ICMS.

Art. 32. A impugnação ao Auto de Infração, aplicado na forma do artigo anterior, seguirá o rito previsto no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF, aprovado pelo Dec. 28.596/81.